



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº: 03/2020

TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020

ABERTURA: 03 de julho de 2020

TIPO: Menor Preço Global

OBJETO: Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto

PROCESSO Nº048/2020

O MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL - RS, pessoa jurídica de direito público, com sede administrativa, sita na Rua Angelo Fucilini Sobrinho, 496, Centro, São Valério do Sul-RS, inscrito no CNPJ nº 94.442.241/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Vladimir Antonio Vettorato, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, torna público, para conhecimento dos interessados que às 09:00H, do dia 03 de julho de 2020, na Sala de Licitações, junto ao Centro Administrativo, reunir-se-á a Comissão de Licitações, com a finalidade de receber propostas para a presente licitação, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para execução de obra de Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, incluindo o fornecimento de materiais e serviços, conforme projeto técnico, que passa a fazer parte do presente Edital, para todos os efeitos legais.

1. DO OBJETO:

1.1 Contratação de empresa para Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, incluindo o fornecimento de materiais e serviços, conforme projeto técnico (ANEXO IX).

1.2 O projeto técnico (ANEXO IX) estará à disposição dos licitantes no Departamento de Compras, sito no Centro Administrativo, localizado na Rua Angelo Fucilini Sobrinho, 496, São Valério do Sul-RS.

1.3 A contratação da licitante vencedora para **execução da obra ficará condicionada** ao repasse da verba originária do financiamento FINISA/CEF e a emissão de ordem de serviço.

1.3 As despesas correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 06 Secretaria Municipal de Obras, Viação, Trânsito e Saneamento – SMOVTS

Projeto: 1, 027 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

0001 – 4490 51 00 00 00 00 – Obras e Instalações (Cod acesso 0153)

1118 – 4490 51 00 00 00 00 – Obras e Instalações (Cod acesso 0154)

1180 – 4490 51 00 00 00 00 – Obras e Instalações (Cod acesso 0641)

2. DA PARTICIPAÇÃO:

2.1 Está vedada a participação de empresas:

- declaradas inidôneas por ato administrativo do Poder Público;
- sob processo de falência ou recuperação judicial;
- impedidas de licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal;
- reunidas em consórcio;
- enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei nº. 8666/93.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

2.2 Somente poderão participar do certame as empresas cadastradas ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas.

2.3 As Empresas não cadastradas que tenham interesse em participar do processo licitatório em epígrafe poderão efetuar seu cadastramento em até 03 (três) dias antes da data de abertura dos envelopes – até às 16:59 h do dia 30/06/2020.

2.4 Não serão admitidos quaisquer outros Certificados de Registro Cadastral em substituição ao supra referido, expedido pelo licitado.

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1 Para efeitos de credenciamento, os interessados deverão:

3.1.1 Quando o representante da empresa não for um dos sócios legalmente habilitados, o mesmo deverá apresentar a Carta de Credenciamento ou Procuração conforme modelos constantes nos ANEXOS V e VI deste Edital, assinada por representante legal da empresa, comprovando a delegação de poderes junto à Comissão Permanente de Licitação, para acompanhamento de todas as etapas do certame, inclusive para o recebimento de intimações e de decisão sobre a desistência ou não de recursos.

3.1.2 Caso seja titular da empresa, deverá apresentar documentos que comprove seu poder para representá-la.

3.1.3 A não apresentação da Procuração ou Carta de Credenciamento não implica na inabilitação do licitante, mas o impede de se manifestar durante os trabalhos.

3.1.4 Será admitida, em todas as etapas da licitação, a presença de somente 01 (um) representante de cada proponente.

4 - DO RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO E DA PROPOSTA FINANCEIRA:

4.1 Para participação no certame, a licitante deverá apresentar, até no dia, hora e local mencionados no preâmbulo deste edital – 09:00 horas do dia 03 de julho de 2020 - improrrogavelmente, por si ou por intermédio de representante devidamente credenciado, os documentos de habilitação e a sua proposta de preço em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 01 - DOCUMENTAÇÃO e nº 02 - PROPOSTA, junto a Sala de Licitações do Centro Administrativo Municipal de São Valério do Sul-RS, para os quais se sugere a seguinte inscrição:

AO
MUNICÍPIO DE SÃO VALERIO DO SUL - RS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020
ENVELOPE Nº 01 - HABILITAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

AO
MUNICÍPIO DE SÃO VALERIO DO SUL - RS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 003/2020
ENVELOPE Nº 02 - PROPOSTA FINANCEIRA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

PROPONENTE (NOME COMPLETO DA EMPRESA)

4.2 Não serão aceitos documentos ou propostas enviadas pelos proponentes fora da data e hora estabelecidos no subitem anterior.

4.3 Poderão apresentar propostas somente empresas cujo ramo de atividade se relacione com o presente Edital.

5. DA HABILITAÇÃO

5.1 Para efeito de cadastramento, os licitantes deverão se cadastrar junto ao licitado até 03 (três) dias antes da data estipulada para recebimento das propostas, ou seja, até o dia 30 de junho de 2020, bem como as empresas já cadastradas, deverão estar com a documentação em dia, até às 16:59 horas do dia 30 de junho de 2020, para o que deverá apresentar a seguinte documentação:

5.1.1 HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Comprovante de inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de posse da diretoria em exercício;

c) Certidão de registro comercial, no caso de empresa individual;

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

e) Declaração de Idoneidade subscrita pelo representante legal da proponente, conforme ANEXO III deste edital, de que ela não incorre em qualquer das condições impeditivas, especificando:

I) Que não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;

II) Que não está impedida de transacionar com a Administração Pública;

III) Que não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;

IV) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;

V) Que não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

f) Declaração de que não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista

g) Atestar, por meio do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), a regularidade, em especial ao impedimento daquelas em contratar com o Poder Público, em atendimento ao disposto na Portaria CGU n.º 516, de 15 de março de 2010.

5.1.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

- a) Prova do Cadastro Geral de Contribuintes do Ministério da Fazenda – CNPJ, com a descrição da atividade econômica compatível com o objeto da licitação e, em caso de alteração da atividade econômica, demonstrar através de documento hábil a alteração;
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede do licitante pertinente ao seu ramo de atividade compatível com o objeto da licitação;
- c) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Federal, e Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a seguridade Social – INSS, através de Certidão conjunta de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União;
- d) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Estadual, relativo aos tributos estaduais, do domicílio ou sede da licitante;
- e) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com a Fazenda Municipal, relativo aos tributos municipais, do domicílio ou sede da licitante,
- f) Certidão Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

5.1.3 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de registro da empresa licitante e de todos os profissionais integrantes de seu quadro técnico no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA/RS, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo/CAU, com prazo de validade em vigor;
Obs. Os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado do Rio Grande do Sul, deverão receber o visto do CREA/RS (Resoluções nºs. 266/79 e 413/97, CONFEA), exceto as pessoas jurídicas registradas no CAU, conforme Art. 10 da Lei 12.378/2010.

b) Atestado de capacidade técnica, **devidamente registrado no CREA ou CAU/RS**, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, comprovando a execução, pelo(s) profissional(is) do quadro técnico da empresa, que comprove a execução pelo licitante de obra compatível com o objeto da licitação (deverão receber o visto do CREA/CAU/RS se não for do Rio Grande do Sul);

b.1) Somente serão aceito(s) atestado(s) de obra(s) já concluída(s);

b.2) As pessoas jurídicas poderão fazer uso dos atestados de capacidade técnica mediante comprovação de vínculo com o(s) profissional(is).

c) Atestado de Visita Técnica: Visita Técnica para as Empresas que participarão do processo, devendo se fazer, obrigatoriamente, por representante da empresa, será entre os dias 24 a 30 de junho de 2020, (em dias úteis e horário de expediente) devendo ser previamente agendada por telefone (ANEXO II).

d) Declaração, assinada pelo representante do licitante, que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, que se sujeita a todas as condições estabelecidas e assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados, poderá ser utilizado modelo (ANEXO VII).

e) Declaração, assinada pelo representante do licitante, que possui recursos materiais e humanos compatíveis para a realização do objeto da licitação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

5.1.4 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) **Balço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei**, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta Comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, devendo se fazer acompanhar pelas NOTAS EXPLICATIVAS.

Obs. 1 É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

Obs. 2 No caso da empresa não possuir um ano de exercício social, deverá comprovar suas atividades na forma de apresentação de Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis, porém deverá ter, no mínimo, 03 (três) meses de efetiva atividade, comprovada, através de demonstrações contábeis. Neste caso, não fica dispensado o Registro no órgão competente (Junta Comercial).

a.1) Serão considerados aceitos como “na forma da lei” o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentadas:

a.1.1) Publicidade em Diário oficial;

a.1.2) Publicidade em Jornal;

a.1.3) Por cópia ou fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede da licitante;

a.1.4) Por cópia ou fotocópia do livro Diário, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede da Licitante ou em órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Fechamento.

a.2) A verificação da situação financeira será avaliada pelos índices de Liquidez Instantânea (LI), Liquidez Corrente (LC), Liquidez Geral (LG), Participação de Capital de Terceiros (PCT), resultante das seguintes fórmulas:

$$\text{LIQUIDEZ INSTANTÂNEA: } \frac{\text{AD}}{\text{PC}} = \text{índice mínimo: (0,25)}$$

$$\text{LIQUIDEZ CORRENTE: } \frac{\text{AC}}{\text{PC}} = \text{índice mínimo: (1,00)}$$

$$\text{LIQUIDEZ GERAL: } \frac{\text{AC} + \text{ARLP}}{\text{PC} + \text{PELP}} = \text{índice mínimo: (1,50)}$$

$$\text{PARTICIPAÇÃO DE CAPITAL DE TERCEIROS: } \frac{\text{PC} + \text{PELP}}{\text{A. T}} = \text{índice máximo: (0,6)}$$



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

Onde: AC = Ativo Circulante; AD = Ativo Disponível; RLP = Realizável a Longo Prazo; PC = Passivo Circulante; ELP = Exigível a Longo Prazo; A REAL = Ativo total diminuído dos valores não passíveis de conversão em dinheiro, tais como ativo diferido, despesas pagas antecipadamente, imposto de renda diferido, etc.

a.3) Será considerada habilitada no quesito capacitação econômica financeira a empresa que atingir os índices acima citados. **O cálculo destes indicadores deverá ser expresso em documento, anexo ao balanço. O documento deverá ser assinado por profissional de contabilidade legalmente habilitado e pelo responsável legal da empresa.**

b) **certidão negativa de falência ou concordata** expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data designada para a apresentação do documento;

5.2 Não serão aceitos protocolos, documentos em cópia não autenticada, nem documentos com prazo de validade vencido.

5.3 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão, exceto atestados de capacidade técnica e o comprovante de inscrição no CNPJ.

5.4 A documentação referente ao item 05 (cinco), DA HABILITAÇÃO deverá ser substituída pelo **Certificado de Registro Cadastral** emitido pelo órgão licitado (Município de São Valério do Sul) no ano de 2020, sendo que os documentos que vencerem entre a data limite para o cadastramento e/ou regularização do **cadastro (30 de junho de 2020)** e a **abertura (03 de julho de 2020)**, deverão acompanhar o Certificado de Registro Cadastral, no Envelope nº 01.

5.5 Os documentos constantes dos itens 5.1.2 a 5.1.4 deverão ser apresentados em original, ou cópia autenticada por tabelião ou por servidor do Município licitado.

6 DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA(ME), EMPRESA DE PEQUENO PORTE(EPP) E COOPERATIVA:

6.1 As ME s, as EPP_s e as Cooperativas terão o tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/06.

6.2 A condição de ME ou EPP será comprovada mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Declaração assinada pelo contador responsável da empresa sob as penas da Lei, indicando se a empresa participante se enquadra como ME ou EPP, inscrição no Registro de Empresas Mercantis ou Registro Civil de Pessoa Jurídica ou Certidão expedida pela Secretaria da Receita Federal;

b) No caso de ME ou EPP com início de atividade no ano-calendário corrente, declaração assinada pelo contador responsável da empresa, de que não se enquadra na hipótese do § 10 do art. 3º da LC 123/06;

c) Declaração, firmada pelo representante legal da empresa, de não haver nenhum dos impedimentos previstos do § 4º do art. 3º da LC 123/06.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

6.3 Se a participante do certame for ME ou EPP, devidamente comprovada, a documentação de regularidade fiscal poderá ser regularizada após ser declarada a vencedora, ou seja, para a homologação e posterior elaboração do contrato, conforme estabelece a LC 123/06.

a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do art. 44, da LC 123/06, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

6.4 Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP.

6.5 Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

6.6 As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), também gozarão dos benefícios previstos nos art.42 à 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e no art. 34, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que apresentem, no envelope de habilitação, declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima, além de todos os documentos previstos neste edital.

6.7 Sendo vencedora, licitante optante pelo benefício da Lei Complementar nº 123/2006 deverá reapresentar planilha com os valores devidamente atualizados em data anterior à homologação, definida pela Comissão de Licitações.

7 DA PROPOSTA

7.1 O Envelope nº 02 – PROPOSTA FINANCEIRA, deverá conter a Proposta de Preços, que deverá ser datilografada ou impressa eletronicamente em papel, preferencialmente com identificação da empresa, em 01 (uma) via, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, identificada e assinada na última página e rubricada nas demais pelo representante legal da proponente. (Poderá ser utilizado o modelo do Anexo I)

7.2 Na Proposta de Preços deverão constar:

a) **Razão social** da empresa e nº do CNPJ;

b) **Separadamente, o preço da mão-de-obra, o preço do material**, e ainda, o preço global (mão-de-obra + material), de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o art. 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93;

c) **Planilha de quantitativos e custos unitários** - Planilha Orçamentária - onde deverão estar incluídos todos os custos com material, mão-de-obra, inclusive o BDI (impostos, taxas,



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

contribuições sociais, lucro do empreendimento, etc.), em cumprimento ao Art. 7º, §2º, inciso II, da Lei 8.666/93 c/c a Súmula n.º 258 do Tribunal de Contas da União;

d) **Cronograma Físico-Financeiro** tendo como referencial o integrante deste edital;

e) **Declaração expressa do prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

Obs: Os documentos da proposta financeira deverão conter, obrigatoriamente: número da licitação, objeto licitado, razão social, número do CNPJ, assinatura e rubrica em todas as folhas pelo representante legal do licitante e responsável técnico legalmente habilitado, redigida em língua portuguesa, com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas, não sendo aceita na forma manuscrita.

7.3 O preço global será apresentado em algarismo e por extenso, expresso em moeda corrente nacional (R\$), considerando as condições deste Edital.

7.4 Nos preços propostos deverão ser considerados todos os encargos previdenciários, fiscais, comerciais, trabalhistas, tributários, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, mão-de-obra, maquinários, equipamentos, ferramentas, insumos necessários, responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre a obra, objeto desta licitação. Também deverão ser considerados os dias e horários, o número de profissionais necessários e, ainda, os locais onde os serviços deverão ser executados.

7.5 Os preços propostos serão considerados completos e suficientes para a execução de todos os serviços, objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou má interpretação de parte da licitante.

7.6 Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender, no todo ou em parte, quaisquer das disposições deste Edital, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis, bem como aquelas manifestamente inexecutáveis, presumindo-se como tais, as que contiverem valores irrisórios ou excessivos ou aquelas que ofertarem alternativas.

7.7 Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta somente no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.8 Somente serão aceitas as propostas cujo preço global não exceder o valor global de R\$ 147.933,06 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e seis centavos).

7.9 A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8 DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1 No dia e hora marcados para entrega dos Envelopes 01 e 02, a Comissão Permanente de Licitações procederá à abertura do envelope que contiver os documentos de habilitação (Envelope nº 01).

8.2 Aberto o Envelope nº 01, os documentos serão rubricados pela Comissão e a seguir, pelos representantes de todos os proponentes credenciados e presentes ao ato.

8.2.1 No envelope n.º 01 deverá constar:

I) Certificado de Registro Cadastral expedido pelo Setor de Licitações do Município de São Valério do Sul;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

II) Documento credenciando o(s) representantes da proponente na licitação, mesmo tratando-se de proprietário ou sócio, com poderes para tratar da licitação inclusive apresentar desistência de recursos. (ANEXO V).

III) A não apresentação de credenciamento de representante não será motivo de inabilitação da empresa que, neste caso, ficará apenas impedida de se manifestar durante os trabalhos.

8.3 Em nenhuma hipótese poderá ser concedido prazo adicional para apresentação de qualquer documento exigido neste Edital e eventualmente não inserido nos Envelopes nºs 01 e 02, exceto quando ocorrer a hipótese do § 3º do art. 48, da Lei Federal nº 8.666/93.

8.4 A Comissão examinará os documentos e considerará habilitados os proponentes que satisfizerem às exigências constantes deste Edital, inabilitando-os em caso contrário.

8.5 A Comissão divulgará a relação dos proponentes habilitados, devolvendo aos inabilitados, se houver representante presente, o Envelope nº 02 sem abri-lo, caso não haja interesse em interposição de recurso relativo a esta fase.

8.6 A Comissão procederá, então, à abertura do Envelope nº 02 dos proponentes habilitados.

8.7 Abertos os envelopes que as contiverem, as propostas serão rubricadas por todos os representantes dos proponentes credenciados presentes ao ato e pela Comissão.

8.8 Havendo divergência entre o valor unitário e o global correspondente, prevalecerá o cotado em preço unitário, devendo a Comissão proceder à correção no valor global.

8.9 Procedidas eventuais correções, a Comissão:

8.9.1 Desclassificará, fundamentadamente, as propostas que não atenderem às exigências do Edital e da legislação pertinente ao objeto, bem como as que ofertarem preços excessivos ou manifestadamente inexeqüíveis, comparado aos praticados no mercado.

8.9.2 Havendo dúvidas sobre a adequação da proposta ou do orçamento estimado, caberá à Comissão encaminhar o processo ao setor requisitante para que o mesmo verifique a conformidade da proposta com os preços correntes do mercado, os quais deverão ser registrados na ata de julgamento.

8.9.3 Sendo a licitante Cooperativa, será acrescido ao valor da proposta financeira, o percentual equivalente a 15% (quinze por cento), incidente exclusivamente sobre a mão-de-obra. Deste cálculo resultará o valor da proposta, a ser examinado para fins de julgamento. O acréscimo referido fundamenta-se nas disposições da Lei nº 9.876/99 que alterou as Leis nº 8.212/91 e 8.213/91, que impõe ao Município, quando contratar com Cooperativas, a obrigação de recolher 15% (quinze por cento) sobre o valor bruto da nota fiscal ou fatura de prestação de serviços referente à mão-de-obra.

8.10 A Comissão classificará as propostas, em ordem numérica crescente, a partir da de MENOR PREÇO “GLOBAL”.

8.10.1 Serão desclassificadas as propostas que apresentarem o valor global superior a R\$ 147.933,06 (cento e quarenta e sete mil, novecentos e trinta e três reais e seis centavos).

8.10.2 Sendo a licitante empresa de pequeno porte – EPP ou Microempresa – ME, terá os privilégios da Lei Complementar 123/06, descritos no item 06 deste Edital, no caso de empate ficto;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

8.10.3 Persistindo o empate entre duas ou mais propostas, o desempate far-se-á, obrigatoriamente, por sorteio público.

8.11 A Comissão lavrará ata dos trabalhos, apontando os fundamentos de eventuais inabilitações ou desclassificações, bem como da seleção efetuada, concluindo pela classificação ordinal dos proponentes.

8.12 Divulgada a ordem de classificação, a Comissão dará vista das propostas, aos representantes dos proponentes.

8.13 Em qualquer fase da licitação, poderá a Comissão promover diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, inclusive quanto à justificativa escrita da composição dos preços constantes da proposta formulada, desde que tais providências não importem em apresentação de novos documentos, que deveriam estar inseridos nos Envelopes nºs 01 ou 02.

8.14 Dos atos praticados pela Comissão Permanente de Licitações, caberá recurso, na forma prevista na Lei nº 8.666/93.

8.14.1 Os recursos e impugnações ao edital deverão ser entregues no Protocolo Central do Centro Administrativo Municipal de São Valério do Sul-RS, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, em 01 (uma) via.

8.14.2 Não serão aceitos recursos e impugnações ao Edital enviado por qualquer tipo de via postal, fax ou e-mail.

8.15 Decorrido os prazos de recurso, sem que nenhum tenha sido interposto, ou decididos os porventura interpostos, a Comissão remeterá o processo ao Sr. Prefeito Municipal, para homologação e adjudicação do objeto.

8.16 Os envelopes de habilitação ou proposta dos proponentes que forem inabilitados ou desclassificados e que não forem retirados pelos mesmos, permanecerão em poder da Comissão pelo prazo de 30 (trinta) dias, sendo após esse prazo serão inutilizados.

9 DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1 As impugnações ao presente ato convocatório serão recebidas na Secretaria Municipal de Administração de São Valério do Sul-RS, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações, nos termos e prazos estabelecidos no art. 41, da Lei nº 8666/93.

9.2 Caberá a autoridade competente decidir sobre a impugnação em até 03 (três) dias úteis, sendo lícita a participação da impugnante no processo licitatório até o trânsito em julgado da decisão.

10 DO PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO

10.1 Homologada a licitação pela autoridade competente do Município, a licitante vencedora do certame será convocada oficialmente para, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da convocação, assinar o Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93.

10.2 Fica facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.

10.3 A empresa contratada deverá apresentar a anotação de Responsabilidade Técnica (ART) quitada no início da execução do contrato, no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados do recebimento da “Ordem para Início das Obras” e o comprovante de abertura de matrícula da obra junto ao INSS.

11 DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

11.1 O contrato regular-se-á, no que concerne a sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei nº 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

11.2 O contrato poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pelo Município a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

11.3 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e na proposta apresentada pelo adjudicatário.

11.4 A vigência contratual será de um ano a contar da assinatura do mesmo.

11.5 O prazo para conclusão das obras, objeto do presente edital, é de 6 (Seis) meses, contados a partir da data da “Ordem para Início das Obras”, expedida pela CONTRATANTE, e será findada na data da firtadura do Termo de Recebimento Provisório.

11.5.1 Este prazo poderá ser prorrogado mediante autorização da CONTRATANTE, quando solicitado por escrito, durante seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Executivo Municipal.

12 DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação serão admitidos e processados recursos, em conformidade com o disposto nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109, da Lei nº 8.666/93 e deverão ser dirigidos, por escrito, ao Prefeito Municipal, através da Comissão de Licitação, e protocolados no Setor de Protocolo Geral, devendo constar no envelope o número da respectiva licitação.

13 DA FISCALIZAÇÃO

13.1 O objeto desta licitação será fiscalizado por equipe devidamente designada para este fim, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

13.2 A fiscalização poderá determinar a ônus da CONTRATADA a substituição dos serviços e materiais julgados deficientes ou não-conformes com as especificações definidas no projeto, cabendo à CONTRATADA providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.

13.3 A CONTRATADA só poderá iniciar a obra após assinatura do contrato e mediante o recebimento da “Autorização para Início das Obras”.

13.4 Compete à fiscalização da obra pela equipe do CONTRATANTE, entre outras atribuições:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

13.4.1 Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para as obras;

13.4.2 Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes das obras executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações técnicas;

13.4.3 Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da CONTRATADA e por servidor designado pelo CONTRATANTE, onde a referida CONTRATADA registre, em cada visita:

- a) as atividades desenvolvidas;
- b) as ocorrências ou observações descritas de forma analítica;

13.4.4 Encaminhar ao CONTRATANTE o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas a CONTRATADA.

13.5 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

13.6 Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Técnico será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à CONTRATADA obrigatoriamente de forma escrita.

13.7 Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas no instrumento contratual.

14 DAS MEDIÇÕES

14.1 As medições das obras estarão vinculadas ao cronograma de execução físico-financeiro.

14.2 A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras a se realizarem, com prevalência do interesse da Administração.

14.3 A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Administração, estabelecendo-se desta forma, a programação para efeito de pagamento das medições.

14.4 As medições serão processadas em etapas, após conclusão de cada etapa, objeto desta Tomada de Preços, e deverá ser agendada, de comum acordo entre as partes.

14.5 O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

- a) Tudo que for realizado, sob condições contratuais, será apontado de acordo com os critérios de medição, em impresso próprio que deverá ser assinado pelo Engenheiro do CONTRATANTE;
- b) Não serão considerados nas medições, quaisquer serviços executados sem a expedição da respectiva “Autorização de Serviço”;
- c) Processada a medição será feita a comunicação por escrito, à CONTRATADA do valor apurado, por meio de Atestado de Medição;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

d) A CONTRATADA somente poderá emitir fatura após a cientificação da emissão, pelo CONTRATANTE, do respectivo Atestado de Medição e aprovação da Caixa Econômica Federal.

15 DO PAGAMENTO

15.1 O pagamento será efetuado de acordo com as normas de liberação do recurso proveniente de financiamento do FINISA/CEF, mediante apresentação de Nota Fiscal, após a emissão do Boletim de Medição, e da expedição do Laudo de liberação pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, dando conta da conclusão da etapa.

15.2 Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS e do ISS, de acordo com a legislação aplicável a matéria, vigente por ocasião dos pagamentos.

15.3 A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

15.4 As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país e somente serão aceitas quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

15.5 A razão social e o CNPJ da contratada constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

15.6 A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida em nome do CONTRATANTE, sem rasura, e em letra bem legível, o seguinte: Financiamento do FINISA/CEF, Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, Contrato firmado com o Município, número do procedimento licitatório e sua modalidade (TP 03/2020), ou conforme orientação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

15.7 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

15.8 O CONTRATANTE pagará a Nota Fiscal/Fatura somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.

15.9 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao CONTRATANTE.

15.10 Os pagamentos em atraso, somente serão corrigidos monetariamente, caso derivar de culpa do CONTRATANTE. Neste caso, incidirá correção calculada pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo a ser aplicado sobre o total do débito em atraso.

15.11 Os recursos financeiros que darão suporte a realização da obra, tem como origem o recurso proveniente de financiamento do FINISA/CEF, objetivando a Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

16 DAS OBRIGAÇÕES:

16.1 DO MUNICÍPIO:

- a) Permitir que os empregados da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução das obras, fixando prazo para a sua correção;
- d) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- e) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, nos termos da Lei nº 8.666/93, em seu art. 73, inciso I;
- f) Reter parcelas do pagamento de valores eventualmente devidos à CONTRATADA, enquanto esta não satisfizer o pagamento da integralidade dos danos causados ao Município e/ou terceiros;
- g) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, em relação ao projeto e fiscalização do objeto.
- h) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- i) Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições estabelecidas, mediante autorização/liberação do Fundo Nacional de Saúde;
- j) Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso;
- l) Atestar nas notas fiscais/faturas o cumprimento pela CONTRATADA das condições pactuadas;
- m) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

16.2 DA CONTRATADA:

- a) A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estada, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse edital;
- b) Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c) Manter a equipe executora identificada;
- d) Empregar boa técnica na execução do objeto, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Técnico;
- e) Executar todas os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório;
- f) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação;

i) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em relação a execução do objeto;

j) Efetuar o cadastro específico da obra, se assim exigir a legislação, junto a Instituto Nacional do Seguro

Social – INSS, devendo apresentar cópia da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da “Autorização para Início das Obras”;

l) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;

m) Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;

n) Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, os respectivos Equipamentos de Proteção Individual de Segurança - EPI's;

o) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

p) Dar o destino adequado aos resíduos da obra e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata, bem como devidamente nivelado a parte referente ao passeio;

q) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo;

r) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;

s) Manter 01 (um) engenheiro responsável e 01 (um) encarregado geral, período integral, visando garantir a administração da obra;

t) A Contratada fica obrigada a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas CONCEDENTES ou CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo a seus documentos, registros contábeis e aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;

u) Confeccionar e instalar placa identificativa da obra, conforme modelo a ser fornecido pelo CONTRATANTE;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

v) A responsabilidade pela qualidade das obras, materiais e serviços executados/fornecidos é da empresa contratada para esta finalidade, inclusive a promoção de readequações, sempre que detectadas impropriedades que possam comprometer a consecução do objeto;

x) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

17 DAS PENALIDADES

17.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de Proponente ou de Contratada, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

a) Advertência, em qualquer caso;

b) Multa de 2% (dois por cento) do valor da proposta e, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, pela recusa injustificada de apresentação das documentações exigida no certame e/ou das garantias previstas neste edital, contados da data de convocação feita por escrito pelo Município;

c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado para o contrato, por dia de atraso injustificado na execução do serviço, até o limite de 10 (dez) dias úteis, mesmo na sua entrega total ou de suas etapas, além dos prazos estipulados neste edital;

d) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

e) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por reincidência em imperfeição, quando já notificada pelo Município, sendo que a Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços.

f) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato, e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 01 (um) ano, em caso de inexecução parcial do contrato.

g) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em caso de inexecução total do contrato.

h) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

17.2 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

17.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

17.4 Os valores das multas aplicadas deverão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração caso existam.

18 DO RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

I PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

II DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais e após a verificação de qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

18.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

18.3 A contratante rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço que estiver em desacordo com o contrato e as demais disposições do presente Edital.

19 DO REEQUILIBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666-93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

20 DA RESCISÃO CONTRATUAL

O Contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio:

20.1 Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a CONTRATADA, nesta hipótese, o valor dos serviços que prestar até a data da ordem de paralisação dos serviços, excluído o montante dos encargos a pagar.

20.2 Pelo CONTRATANTE, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão, independente de interposição judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie, quando esta:

- a) não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;
- b) não recolher, nos prazos determinados, as multas impostas.

20.3 Pela CONTRATADA, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão.

20.4 Ficam reconhecidos os direitos do CONTRATANTE, previstos nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93 em tudo que diz respeito à rescisão do presente Contrato.

21 DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

21.1 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação e/ou elaborarem proposta relativa a presente licitação.

21.2 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato supervenientes, devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado da autoridade competente.

21.3 As licitantes deverão observar atentamente as normas deste Edital.

21.4 É facultada à Comissão de licitação ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

processo, vedada à inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

21.5 Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

21.6 Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.

21.7 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em sentido contrário.

21.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o de vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município. Considerar-se-ão dias corridos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

21.9 Decorridos 120 (cento e vinte) dias da data da entrega das propostas de preços, sem convocação para contratação ou pedido de prorrogação da validade, a CONTRATADA ficará liberada dos compromissos assumidos neste certame, exceto se houver prorrogação deste prazo.

21.10 Qualquer pedido de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e seus anexos deverá ser encaminhado por escrito à Comissão de Licitação, protocolado no Protocolo Geral do Município, localizado no Centro Administrativo Municipal.

21.11 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será assinada pela Comissão Permanente de Licitações e representantes credenciados dos proponentes.

21.12 A homologação do resultado desta licitação gera mera expectativa de direito à contratação.

21.13 A empresa adjudicatária fica obrigada a aceitar as supressões e acréscimos que se fizerem necessários no percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento), conforme prevê o Art 65, §1º, da Lei 8.666/93.

21.14 Quaisquer supressões ou acréscimos de serviços serão calculados pelos custos unitários da proposta inicial.

21.15 Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Edital serão sanados pela Comissão Permanente de Licitações obedecida a legislação vigente.

21.16 Fazem parte deste Edital:

ANEXO I – Proposta Financeira

ANEXO II – Atestado de Visita Técnica

ANEXO III – Declaração de Idoneidade

ANEXO IV – Declaração de Microempresa Ou Empresa De Pequeno Porte

ANEXO V – Modelo de Credenciamento

ANEXO VI - Modelo de Procuração

ANEXO VII - Modelo de Declaração De Pleno Conhecimento Do Edital E Seus Anexos

ANEXO VIII – Minuta de Contrato

ANEXO IX – Memorial descritivo, orçamento, mapas



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

21.17 Demais informações encontram-se detalhadas na Minuta do Contrato e Anexo IX, que passa a fazer parte deste edital para todos os efeitos legais, sendo que maiores informações serão prestadas aos interessados no horário das 7:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00h (de segunda a quinta) e das 07:00 às 13:00h de sextas-feiras, no Centro Administrativo Municipal de São Valério do Sul, Departamento de Compras e Licitações, sito na Rua Angelo Fucilini Sobrinho, 496, Centro, ou pelo telefone nº (55) 3617-2200/996230929.

21.18 Fica eleito e convencionado para fins legais e para questões derivadas dessa licitação, o Foro da Comarca de Santo Augusto-RS, com renúncia expressa a qualquer outro.

São Valério do Sul – RS, 16 de junho de 2020.

Vladimir Antonio Vettorato
Prefeito Municipal

Este edital foi devidamente examinado e
aprovado por esta Procuradoria Jurídica.

Em ___/___/_____.

Joao Severo de Lima. OAB 37.603



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

ANEXO I
PROPOSTA FINANCEIRA
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

Item	unid	Especificações	Valor MO (R\$)	Valor Materiais (R\$)	Valor Global (R\$)
01	01	Aquisição de Material e Mão-de-Obra (Empreitada Global) para execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto. Obs: Descrição detalhada consta no Anexo IX			

OBS: Apresentar junto com a proposta financeira, Planilha de Orçamento Global.

Preço Total Geral R\$ _____

SÃO VALERIO DO SUL/RS, _____ de _____ de 2020.

Representante legal do licitante
Nome Legível

Responsável técnico legalmente habilitado
Nome Legível

Razão Social: _____
CNPJ nº _____



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO**

ANEXO II

ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

Atestamos para os devidos fins que a Empresa _____, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____, neste ato representado pelo Senhor _____, brasileiro, portador da carteira de identidade nº _____, expedida pela SSP/RS, inscrito no CIC nº _____, residente e domiciliado na Rua _____ - RS, compareceu nesta Prefeitura Municipal de São Valério do Sul/RS, para visita e inspeção prévia no local da obra para execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, conheceu os aspectos do local necessários a elaboração de sua proposta.

São Valério do Sul/RS de _____ de 2020.

Lucio Andre Licks
Engenheiro Civil
CREA 103.378

Declaro sob as penas da Lei que recebi, na data acima, uma via do Atestado de Visita Técnica,

Representante da Empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

A empresa (Razão Social da Licitante), CNPJ (número), sediada na Rua _____, nº _____, (Bairro/Cidade), através de seu Diretor ou Representante Legal (qualificação), DECLARA, sob as penas da Lei, que:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedido de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 05 (cinco) anos;
- d) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional nº 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos;
- e) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Por ser expressão de verdade, firmamos a presente.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2020.

Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal
Razão Social e Carimbo do CNPJ



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

À
Prefeitura do Município de São Valério do Sul
A/C. CPL
Edital de TP nº 03/2020

Declaro, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa(denominação da pessoa jurídica) CNPJ/MF nºé microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório modalidade TP nº **03/2020**, realizado pela Prefeitura do Município de São Valério do Sul - RS.

Cidade, Estado, em ____ de _____ de 2020.

Assinatura do CONTADOR/Responsável

CARIMBO DO CNPJ DA EMPRESA



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

ANEXO V - MODELO DE CREDENCIAMENTO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador (a) da cédula de identidade nº _____ e CPF nº _____, cargo _____ a participar da licitação instaurada pelo Município de SÃO VALÉRIO DO SUL-RS, na Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os atos inerentes ao certame.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2020.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

ANEXO VI - MODELO DE PROCURAÇÃO
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

OUTORGANTE: qualificação [Nome, endereço, razão social, etc.] da Empresa.

OUTORGADO: representante devidamente qualificado.

OBJETO: representar a outorgante em atos relativos à TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020 DO MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL-RS.

PODERES: Retirar editais, apresentar documentação e propostas, participar de sessões públicas de habilitação e julgamento da Documentação, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, renunciar ao direito de recursos, bem como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

Obs: Se de interesse da Outorgante, poderão ser acrescentados outros poderes tais como: assinar propostas, contratos, aditivos, etc.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2020.

Outorgante



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

ANEXO VII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO DO EDITAL E SEUS ANEXOS
EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 03/2020

A Empresa [Razão Social da Licitante], através da presente, declara para os devidos fins, que tem pleno conhecimento do Edital e seus Anexos e todas as informações, de que se sujeita a todas as condições estabelecidas e assume integral responsabilidade pela autenticidade e veracidade dos dados e documentos apresentados referente a TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2020.

E por ser verdade, assina a presente declaração sob as penas da lei.

Local e Data _____, ____ de _____ de 2020.

Nome, Cargo e Assinatura do Representante Legal

Razão Social e Carimbo do CNPJ



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

ANEXO VIII – MINUTA DO CONTRATO

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS PARTES:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL - RS, (Poder Executivo) Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede administrativa sito a Rua Angelo Fucilini Sobrinho, nº 496, São Valério do Sul – RS, inscrito no CGC/MF sob nº 94.442.241/0001-34, neste ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr Vladimir Antonio Vettorato**, brasileiro, casado, CPF nº 283.653.130-49, Carteira de Identidade nº 1010220109/SSP/RS, residente e domiciliado na Avenida Osvaldo Elauterio Leite, 266, no município de São Valério do Sul – RS.

CONTRATADO: _____, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ sob nº _____, estabelecida na Rua _____, no Município de _____, neste ato representado pelo seu proprietário Senhor _____, portador da carteira de identidade nº _____, inscrito no CPF nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, Município de _____ /RS.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO OBJETO

Contratação de empresa para realização da obra de Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, a qual tem como origem o recurso proveniente de financiamento do FINISA/CEF, incluindo o fornecimento de materiais e serviços, conforme projeto técnico anexo ao Edital de Tomada de Preços n.º 03/2020, que passa a fazer parte deste Contrato, para todos os efeitos legais.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES

3.1 DO MUNICÍPIO:

- a) Permitir que os empregados da CONTRATADA possam ter acesso aos locais de execução do objeto;
- b) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato;
- c) Notificar por escrito à CONTRATADA, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso de execução das obras, fixando prazo para a sua correção;
- d) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais.
- e) Proceder ao recebimento provisório e, não havendo mais pendências, ao recebimento definitivo da obra, nos termos da Lei nº 8.666/93, em seu art. 73, inciso I;
- f) Reter parcelas do pagamento de valores eventualmente devidos à CONTRATADA, enquanto esta não satisfizer o pagamento da integralidade dos danos causados ao Município e/ou terceiros;
- g) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica-ART, em relação ao projeto e fiscalização do objeto.
- h) Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária à perfeita execução do Contrato;
- i) Efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo avençado e nas condições estabelecidas;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

- j) Aplicar penalidades à CONTRATADA, quando for o caso;
- k) Atestar nas notas fiscais/faturas o cumprimento pela CONTRATADA das condições pactuadas;
- l) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

3.2 DA CONTRATADA:

- a) A responsabilidade por todas as despesas e providências necessárias à realização do objeto, bem como de estada, alimentação, transporte, encargos trabalhistas, previdenciários, securitários e fiscais, decorrentes da execução do objeto do presente e quaisquer despesas acessórias e necessárias não especificadas nesse edital;
- b) Executar o objeto de acordo com as especificações e prazos determinados, atendendo às normas técnicas e legais vigentes, bem como condições e garantias técnicas atinentes à matéria, de modo a resguardar, sob qualquer aspecto, a segurança e o interesse do CONTRATANTE;
- c) Manter a equipe executora identificada;
- d) Empregar boa técnica na execução do objeto, com materiais de primeira qualidade, de acordo com o previsto no Projeto Técnico;
- e) Executar todos os serviços complementares julgados necessários para que o local tenha condições de uso satisfatório;
- f) Obedecer sempre às recomendações dos fabricantes e das normas técnicas vigentes na utilização/aplicação dos materiais industrializados e dos de emprego especial, pois caberá à CONTRATADA, em qualquer caso, a responsabilidade técnica e os ônus decorrentes de sua má utilização/aplicação;
- g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao CONTRATANTE ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;
- h) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação para execução exigidas na licitação;
- i) Expedir Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, em relação a execução do objeto;
- j) Efetuar o cadastro específico da obra, se assim exigir a legislação, junto a Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, devendo apresentar cópia da inscrição no prazo de 30 (trinta) dias úteis, a contar do recebimento da “Autorização para Início das Obras”;
- l) Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite legal;
- m) Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade, salvo em caso de autorização expressa do município;
- n) Respeitar e exigir que o seu pessoal respeite a legislação sobre segurança, higiene e medicina do trabalho e sua regulamentação, devendo fornecer aos seus empregados, os respectivos Equipamentos de Proteção Individual de Segurança - EPI's;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

o) Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de caso fortuito ou de força maior, por qualquer causa de destruição, danificação, defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Município, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos na via pública junto à execução dos serviços;

p) Dar o destino adequado aos resíduos da obra e entregar o local das obras limpo, sem instalações provisórias e livres de entulho ou quaisquer outros elementos que possam impedir a utilização imediata;

q) Corrigir e/ou refazer os serviços e substituir os materiais não aprovados pela fiscalização do Município, caso os mesmos não atendam às especificações constantes no Projeto Executivo;

r) Recuperar áreas ou bens não incluídos no seu trabalho e deixá-los em seu estado original, caso venha, como resultado de suas operações a danificá-los;

s) Manter 01 (um) engenheiro responsável e 01 (um) encarregado geral, período integral, visando garantir a administração da obra;

t) A Contratada fica obrigada a permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas CONCEDENTES ou CONTRATANTE, bem como dos órgãos de controle interno e externo a seus documentos, registros contábeis e aos locais onde serão realizadas as obras e entregues os materiais, sujeitando-se no caso de embaraço, constrangimento ou obstáculo à atuação de tais servidores e órgãos a responsabilização administrativa, civil e penal;

u) Confeccionar e instalar placa identificativa da obra, conforme modelo a ser fornecido pelo CONTRATANTE;

v) Outras obrigações decorrentes do integral cumprimento do objeto contratado.

CLÁUSULA QUARTA: DAS MEDIÇÕES

14.1 As medições das obras estarão vinculadas ao cronograma de execução físico-financeiro.

14.2 A cada alteração contratual, por acréscimo ou diminuição do objeto, valor ou prazo do contrato, será acordado novo cronograma para as obras a se realizarem, com prevalência do interesse da Administração.

14.3 A programação financeira será sistematicamente atualizada e será passível de reformulação quando fatores supervenientes o justificarem a exclusivo critério da Administração, estabelecendo-se desta forma, a programação para efeito de pagamento das medições.

14.4 As medições serão processadas em etapas, após conclusão de cada etapa, objeto desta Tomada de Preços, e deverá ser agendada, de comum acordo entre as partes.

14.5 O processo das medições obedecerá a seguinte sistemática:

a) Tudo que for realizado, sob condições contratuais, será apontado de acordo com os critérios de medição, em impresso próprio que deverá ser assinado pelo Engenheiro do CONTRATANTE;

b) Não serão considerados nas medições, quaisquer serviços executados sem a expedição da respectiva “Autorização de Serviço”;



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

- c) Processada a medição será feita a comunicação por escrito, à CONTRATADA do valor apurado, por meio de Atestado de Medição;
- d) A CONTRATADA somente poderá emitir fatura após a cientificação da emissão, pelo CONTRATANTE, do respectivo Atestado de Medição e aprovação.

CLÁUSULA QUINTA: DO VALOR E DO PAGAMENTO

5.1 O preço a ser pago pela à CONTRATADA, para a execução do objeto do presente, nas condições estipuladas, será de R\$ _____ (_____), sendo R\$ _____ (_____) de mão-de-obra e R\$ _____ (_____) de materiais.

5.2 O pagamento será efetuado de acordo com as normas de liberação do recurso proveniente de financiamento do FINISA/CEF, objetivando a Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, mediante apresentação de Nota Fiscal, após a emissão do Boletim de Medição, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro e da expedição do Laudo de liberação pelo Setor de Engenharia do CONTRATANTE, dando conta da conclusão da etapa.

5.3 Os pagamentos somente serão efetuados mediante a retenção, se cabíveis, do INSS e do ISS, de acordo com a legislação aplicável a matéria, vigente por ocasião dos pagamentos.

5.4 A inadimplência da licitante vencedora com relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratado, de acordo com o art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

5.5 As Notas Fiscais deverão ser emitidas eletronicamente, em moeda corrente do país e somente serão aceitas quando o cumprimento do contrato estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo Município.

5.6 A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida em nome do CONTRATANTE, sem rasura, e em letra bem legível, o seguinte: Financiamento do FINISA/CEF, Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, Contrato firmado com o Município, número do procedimento licitatório e sua modalidade (TP 03/2020), ou conforme orientação da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

5.7 A razão social e o CNPJ da contratada constante da nota fiscal/fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

5.8 A CONTRATADA deverá fazer constar na Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasura, e em letra bem legível, o seguinte: número de sua conta corrente, nome do Banco e a respectiva Agência, número do Contrato firmado com o Município, número do procedimento licitatório e sua modalidade.

5.9 Nenhum pagamento será efetuado ao proponente vencedor enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

5.10 O CONTRATANTE pagará a Nota Fiscal/Fatura somente à CONTRATADA, vedada sua negociação com terceiros ou sua colocação em cobrança bancária.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

5.11 Havendo erro na Nota Fiscal ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação de novo documento fiscal, não acarretando qualquer ônus ao CONTRATANTE.

5.12 Os pagamentos em atraso, somente serão corrigidos monetariamente, caso derivar de culpa do CONTRATANTE. Neste caso, incidirá correção calculada pela variação do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo a ser aplicado sobre o total do débito em atraso.

CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA E DO PRAZO DE EXECUÇÃO

6.1 A vigência contratual será de um ano a contar da assinatura do mesmo.

6.2 O prazo para conclusão das obras, objeto do presente edital, é de 4 (quatro) meses, contados a partir da data da “Ordem para Início das Obras”, expedida pela CONTRATANTE, e será findada na data da assinatura do Termo de Recebimento Provisório.

6.2.1 Este prazo poderá ser prorrogado mediante autorização da CONTRATANTE, quando solicitado por escrito, durante seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo Executivo Municipal.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Ocorrendo as hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que suficientemente comprovado, de forma documental, o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DA OBRA

O objeto do presente contrato tem garantia de 05 (cinco) anos, conforme dispõe o Código Civil Brasileiro, quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todas as despesas e encargos deles decorrentes.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 Executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I PROVISORIAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA;

II DEFINITIVAMENTE, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais e após a verificação de qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

9.2 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ético-profissional, pela perfeita execução do contrato.

9.3 A contratante rejeitará no todo ou em parte, obra ou serviço que estiver em desacordo com o contrato e as demais disposições do presente Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS PENALIDADES



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

10.1 Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de Proponente ou de Contratada, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às penalidades previstas no art. 87 da Lei 8.666/93, das quais destacam-se:

- a) Advertência, em qualquer caso;
- b) Multa de 2% (dois por cento) do valor da proposta e, suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 06 (seis) meses, pela recusa injustificada de apresentação das documentações exigida no certame e/ou das garantias previstas neste edital, contados da data de convocação feita por escrito pelo Município;
- c) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor estimado para o contrato, por dia de atraso injustificado na execução do serviço, até o limite de 10 (dez) dias úteis, mesmo na sua entrega total ou de suas etapas, além dos prazos estipulados neste edital;
- d) Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para o contrato e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Municipal pelo prazo de 02 (dois) anos, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;
- e) Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, por reincidência em imperfeição, quando já notificada pelo Município, sendo que a Contratada terá um prazo de até 10 (dez) dias consecutivos para a efetiva adequação dos serviços.
- f) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato, e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de 01 (um) ano, em caso de inexecução parcial do contrato.
- g) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato e Suspensão temporária de participação em licitações, com impedimento de contratar com o Município, pelo prazo de até 02 (dois) anos, em caso de inexecução total do contrato.
- h) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública, até que seja promovida a reabilitação, facultado ao contratado o pedido de reconsideração da decisão da autoridade competente, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vistas ao processo.

10.2 As penalidades serão registradas no cadastro da CONTRATADA, quando for o caso.

10.3 Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.4 Os valores das multas aplicadas deverão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO

11.1 O objeto desta licitação será fiscalizado por equipe devidamente designada para este fim, com autoridade para exercer em nome do CONTRATANTE toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

11.2 A fiscalização poderá determinar a ônus da CONTRATADA a substituição dos serviços e materiais julgados deficientes ou não conformes com as especificações definidas no projeto, cabendo à CONTRATADA providenciar a troca dos mesmos no prazo máximo definido pela fiscalização, sem direito à extensão do prazo final de execução dos serviços.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

11.3 A CONTRATADA só poderá iniciar a obra após assinatura do contrato e mediante o recebimento da “Autorização para Início das Obras”.

11.4 Compete à fiscalização da obra pela equipe do CONTRATANTE, entre outras atribuições:

11.4.1 Verificar a conformidade da execução dos serviços com as normas especificadas em caderno de especificações técnicas, memoriais descritivos, plantas e planilhas orçamentárias e adequação dos procedimentos e materiais empregados à qualidade desejada para as obras;

11.4.2 Ordenar à CONTRATADA corrigir, refazer ou reconstruir as partes das obras executadas com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações técnicas;

11.4.3 Manter organizado e atualizado o Livro Diário, assinado por técnico da CONTRATADA e por servidor designado pelo CONTRATANTE, onde a referida CONTRATADA registre, em cada visita:

a) as atividades desenvolvidas;

b) as ocorrências ou observações descritas de forma analítica;

11.4.4 Encaminhar ao CONTRATANTE o documento no qual relacione as ocorrências que impliquem em multas a serem aplicadas a CONTRATADA.

11.5 A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais.

11.6 Em caso de dúvidas quanto à interpretação das especificações constantes do Memorial Descritivo e do Projeto Técnico será sempre consultada a Fiscalização, sendo desta o parecer definitivo. A decisão tomada pela Fiscalização deverá ser comunicada à CONTRATADA obrigatoriamente de forma escrita.

11.7 Na fiscalização serão ainda observadas as demais condições relacionadas no instrumento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O Contrato poderá ser rescindido, mediante termo próprio:

12.1 Por mútuo consenso, a qualquer tempo, recebendo a CONTRATADA, nesta hipótese, o valor dos serviços que prestar até a data da ordem de paralisação dos serviços, excluído o montante dos encargos a pagar.

12.2 Pelo CONTRATANTE, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista à CONTRATADA direito à indenização de qualquer espécie, quando esta:

a) não cumprir quaisquer das obrigações assumidas;

b) não recolher, nos prazos determinados, as multas impostas.

12.3 Pela CONTRATADA, mediante aviso por escrito, com 10 (dez) dias de antecedência, apresentados os motivos determinantes da rescisão.

12.4 Ficam reconhecidos os direitos do CONTRATANTE, previstos nos artigos 77 à 79 da Lei nº 8.666/93 em tudo que diz respeito à rescisão do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

Aplicar-se-ão, com relação à execução, alteração, inexecução e extinção, com pertinência ao presente Contrato, no que couber, as normas estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO PROCESSO LICITATÓRIO

O presente Contrato resulta do Processo Licitatório, modalidade Tomada de Preços nº 03/2020, de 16/06/2020.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros que darão suporte a realização da obra tem como origem o recurso proveniente de financiamento do FINISA/CEF, objetivando Execução de pavimentação com pedras irregulares de basalto, alocados nas seguintes dotações orçamentárias:

Órgão 06 Secretaria Municipal de Obras, Viação, Trânsito e Saneamento – SMOVTS

Projeto: 1, 027 – Pavimentação de Ruas e Avenidas

0001 – 4490 51 00 00 00 00 – Obras e Instalações (Cod acesso 0153)

1118 – 4490 51 00 00 00 00 – Obras e Instalações (Cod acesso 0154)

1180 – 4490 51 00 00 00 00 – Obras e Instalações (Cod acesso 0641)

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

As partes, de pleno e comum acordo, elegem o Foro da Comarca de Santo Augusto, para dirimir quaisquer litígios, decorrentes do presente, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem plenamente justos e contratados, firmam o presente em quatro (4) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL/RS, AOS DIAS DO MÊS DE DE 2020.

Vladimir Antonio Vettorato

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

CONTRATADA

Testemunhas:



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE SÃO VALÉRIO DO SUL
PODER EXECUTIVO – GABINETE DO PREFEITO

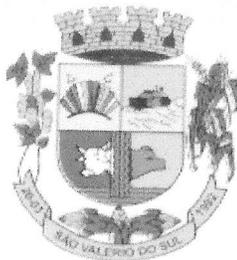
ANEXO IX

PROJETO

DE

PAVIMENTAÇÃO

Rua Salvador Bussiol
Trecho entre a Av. Osvaldo Leite e Rua João Paradzinski



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

MEMORIAL DESCRITIVO

01 – FINALIDADES DO MEMORIAL: Este memorial descritivo tem por finalidade discriminar os materiais que deverão ser utilizados na obra bem como estabelecer as normas que deverão reger a execução de todos os serviços.

02 – PROJETOS: Trata o presente projeto da pavimentação com pedras irregulares de basalto na Rua João Paradzinski, trecho entre a Rua Venceslau Katesmareck e Rua Leonardo Roos e na Rua Fernandes do Espírito Santo, trecho entre a Av. Ery Lucas e a Rua Prof. Daltro Joceli da Motta. Inclui ainda a pavimentação de passeios públicos em concreto 20 MPa, os coletores e bocas de lobo das redes pluviais e a sinalização vertical e horizontal do tráfego.

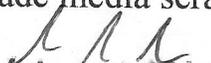
03 – CONTROLE: Todo o material a ser empregado deverá ser previamente aprovado sendo verificadas as condições de aplicabilidade pelo engenheiro responsável Técnico da Prefeitura Municipal.

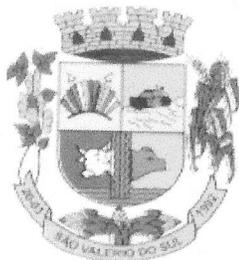
O calçamento não deverá ser executado quando o material do colchão estiver excessivamente molhado (saturado).

O revestimento pronto deverá ter a forma definida pelos alinhamentos, perfis, dimensões e seção transversais típicas, estabelecidas no projeto. Para tanto, antes do espalhamento do colchão, será executada a conformação prévia da via, com limpeza, cortes, aterros e compactação necessária.

No início de cada obra, sob a supervisão direta do Engenheiro Fiscal da Prefeitura Municipal, será executado um *trecho padrão*, com área mínima de 20 m², o qual servirá de padrão para recebimento da obra.

04 – MICRO DRENAGEM – BOCAS DE LOBO: haverá coletores tipo boca de lobo com tubo de concreto com dimensões de 600 mm e 800 mm nos locais previstos em planta. A topografia no local, conforme indicado no planialtimétrico não apresenta problemas quanto às declividades mínimas. Os coletores tipo boca de lobo serão de alvenaria de tijolo maciço DN 25 com dimensões externas de 1,5 x 2,00 m, com fundo em concreto com espessura de 5 cm e tampa com pré-laje em concreto também de 5 cm de espessura. A profundidade média será de 1


Lúcio André Licks
Engenheiro Civil



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

m, porém deverá seguir as declividades da tubulação de modo a não haver retenção de água.

05 – ESPECIFICAÇÕES DOS LOCAIS: O terreno será limpo de quaisquer obstáculos que possam dificultar o bom andamento dos trabalhos de terraplanagem e demarcação da obra.

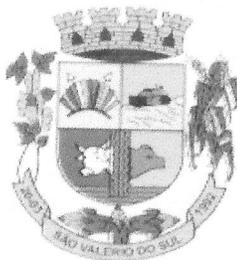
O terreno é composto de solo do tipo argiloso e apresenta declividade pouco acentuada e sofrerá movimentos de terra com corte e/ou aterro definidos no perfil longitudinal até obter-se uma superfície apta a receber a obra.

06 – DEMARCAÇÃO: Inicialmente será demarcado o gabarito da Rua programada para receber a pavimentação, procurando-se ajustar o máximo possível ao projeto inicial. Deverão ser observadas as declividades de aproximadamente 3% em direção às sarjetas.

07 – REGULARIZAÇÃO DO LEITO: Consiste nos serviços de terraplanagem necessários para obtenção do gabarito projetado, incluindo-se os passeios. Nos casos de cortes de aterros, será procurado obter-se o gabarito diretamente no terreno. Nos casos de aterros, o mesmo deverá ser executado dentro de uma programação técnica a seguir enumerada:

- a) As camadas de terra para compactação não poderão ter espessuras superiores a 15 cm.
- b) A umidade do solo deverá ser adequada para atingir uma boa compactação.
- c) As obras de microdrenagem, reparos ou implantações de redes (canalizações) de água, de esgoto, de iluminação e telefonia deverão estar concluídas em sua totalidade, antes da colocação definitiva da pavimentação proposta pelo projeto.
- d) Será providenciado o estaqueamento do leito, que consiste na demarcação final das estacas que delimitarão as faixas de calçamento, suas declividades finais e demais elementos indicativos do projeto.
- e) No caso de aterro, as camadas de argila que servirão de leito (suporte) da pavimentação deverão ser compactadas com rolo pé de carneiro, pata curta, em camadas não superiores a 15 cm cada.


Lúcio André Licks
Engenheiro Civil
CREA-RS 107378
P.M. São Valério do Sul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

09 – MEIO-FIO (CORDÕES): São as peças de contorno dos limites entre os passeios e o calçamento propriamente dito, os quais serão pré-fabricados em concreto simples nas dimensões de 15 x 13 x 30 x 100 cm.

Os cordões laterais serão assentados depois de concluída a regularização e estando o leito conforme a seção e o perfil de projeto, a fim de servirem de alinhamento para execução da pavimentação.

Para o assentamento dos cordões serão abertas, manualmente, valas longitudinais, localizadas nos bordos da plataforma, com profundidade compatível com a dimensão das peças. A sarjeta ficará com 25 cm de altura após concluída a compactação. Após a colocação das pedras, a sarjeta ficará com 15 cm.

As serão dispostas com 1 cm de espaçamento e com rejuntamento em argamassa

10 – ESPALHAMENTO DA BASE: Depois de concluídas as etapas anteriores, será espalhada sobre o subleito compactado uma camada de solo (terra) limpa que atenda as características das argilas de média plasticidade, baixa compressibilidade e com umidade adequada para servir de suporte (base) para a colocação das pedras irregulares.

A camada será espalhada manualmente e deverá atingir uma espessura mínima de 20 cm (coincidente com a superfície do projeto do calçamento), com a finalidade de corrigir pequenos defeitos do subleito.

11 – ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES: Serão utilizadas pedras de basalto, com dimensões variando entre 8 e 15 cm, de forma preferencialmente cúbica e com faces planas, comumente designadas de pedras de calçamento.

a) Colocação das pedras: requer serviços de certa especialização, pois as pedras deverão estar dispostas na sua face mais plana em posição que resista e suporte as cargas advindas do tráfego, juntas inferiores a 15 mm e com observância ao gabarito. Depois de executado o calçamento, as depressões não devem ser superiores a 10 mm, para régua de 2 m.


Lúcio André Lieks
Engenheiro Civil
CREA-RS 107378
P.M. São Valério do Sul



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

Para colocação das pedras, sobre o colchão de argila, será executado o piqueteamento dos panos, com espaçamentos de 1 metro no sentido transversal e de 10 metros no sentido longitudinal, de modo a conformar o perfil projetado.

Assim as linhas mestras formarão um reticulado facilitando o trabalho de assentamento e evitando desvios em relação aos elementos do projeto.

Nessa marcação deverão ser verificadas as declividades longitudinais e transversais.

Concluídas as marcações, segue-se o assentamento das pedras que é feito pela cravação, com as faces de rolamento planas e sendo as mesmas cuidadosamente escolhidas. No encontro com o meio-fio deverá ser deixado um espaçamento de aproximadamente 3 cm a fim de que a compactação não deforme a linha do meio-fio.

Na cravação, feita com auxílio de martelo, as pedras deverão ficar bem entrelaçadas e unidas, de modo que não coincidam as juntas vizinhas e se garanta um perfeito travamento.

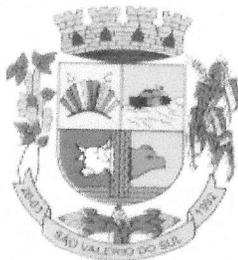
Não serão admissíveis pedras soltas, sem contato direto com as adjacentes, nem travamento feito com lascas, que terão apenas a função de preencher os vazios entre as pedras já travadas.

12 – CONCRETO DE FECHAMENTO DAS EXTREMIDADES. Para que haja um necessário confinamento das peças intertravadas, haverá nas extremidades das ruas, nos pontos não definidos pelos cordões, uma contenção de concreto fck 20 Mpa de 8 cm x 50 cm pela largura da via. Desta forma as peças permanecerão unidas.

13 – COMPACTAÇÃO: Haverá uma pré-compactação utilizando placa vibratória. Em seguida haverá a passagem de um rolo liso sem vibração. A umidade do terreno deverá ser próxima da ideal para a execução destes serviços. Se houver um bombeamento de solo entre as pedras, deve-se esperar para que o colchão tenha menos umidade.

O rolo iniciará a compactação pela parte mais baixa da pista, isto é, das bordas para o eixo e no sentido longitudinal. A rolagem deverá ser uniforme, progredindo a cada passada com recobrimento de 1/3 a cada nova passagem, serão realizadas tantas roladas quantas forem necessárias até a completa fixação


Lúcio André Licks
Engenheiro Civil
CREA-RS 107378



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

do calçamento, ou seja, que não se observe nenhuma movimentação das pedras pela passagem do rolo, com a finalidade de obter um pavimento firme e plano.

Haverá a vibração quando o pavimento já esteja conformado pela passagem do rolo liso sem vibração.

A pista será conservada fechada para o trânsito, sendo imprescindível à existência de desvios que permitam trafegabilidade fora das pistas. Somente após a segunda rolagem (compactação) que será executada após uma chuva com umidade suficiente para a condução dos serviços, ou a utilização de irrigação, é que será liberado o tráfego tanto para animais quanto para veículos.

Quaisquer irregularidades ou depressões que por ventura venham a surgir durante a compactação, deverão ser corrigidas renovando ou recolocando as pedras, com maior ou menor adição de material no colchão e em quantidades adequadas a completa correção do defeito verificado.

Na ocorrência de pedras soltas, essas deverão ser substituídas por peças maiores, cravadas com auxílio de soquete manual.

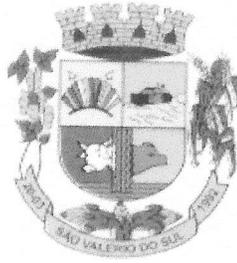
12 – REJUNTAMENTO: Concluída a compactação, processa-se o rejuntamento. Para isso, espalha-se manualmente sobre toda a superfície do calçamento uma camada de pó de pedra, em quantidade suficiente para um perfeito rejuntamento das pedras, com aproximadamente 3 cm.

Após, com auxílio de rodos ou vassouras, movimenta-se o material de forma a facilitar a penetração nos vazios existentes entre as pedras, e removendo-se os excessos.

15 – SINALIZAÇÃO VERTICAL / IDENTIFICAÇÃO DA VIA: Deverá ser executada de acordo com o Manual de Sinalização Vertical de Regulamentação, conforme projeto. Não haverá sinalização horizontal.

O material utilizado para as placas é de aço chapa 11 com pintura totalmente refletiva, verso em esmalte sintético cor preta fosca ou semi-fosca. Forma, cores, dimensões de acordo com manual Brasileiro de sinalização de trânsito / CONTRAN. Suporte em aço coluna simples em tubo de 5 cm de diâmetro, chapa 11. Engaste da base em concreto de 40 cm. Altura livre da placa de 2 m. Altura da placa: 50 cm, Espaço superior para fixação de placas de sinalização complementar: 10 cm. Total do comprimento do tubo: 3m.


Lúcio André Licks
Engenheiro Civil
CREA RS 107379



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL

Haverá identificação da via pavimentada com placa de 20 x 40 cm executadas com chapa de aço 11, forma, cores, dimensões de acordo com manual Brasileiro de sinalização de trânsito / CONTRAN, fixada como sinalização complementar acima das placas de sinalização vertical utilizando o mesmo suporte.

17 – ADEQUAÇÃO À NBR 9050/2004 e Decreto 5.296/2004: O projeto está em conformidade com a NBR 9050/2004, que versa sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, atendendo também o disposto no Decreto 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que promove a acessibilidade de pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Cuidados especiais serão tomados quanto à colocação de piso tátil de alerta em cor contrastante com a do piso (item 5.14.1 NBR 9050), rebaixamento de calçada (item 6.10.11 rebaixamento A – NBR 9050), inclinação lateral menor que 3% (item 6.5.1.4 – NBR 9050), inclinação longitudinal menor que 5% (item 6.5.1.2, tabela 5 – NBR 9050) e patamares na rampa conforme item 6.5.2. Os detalhes do rebaixamento e do piso tátil de alerta estão definidos em planta.

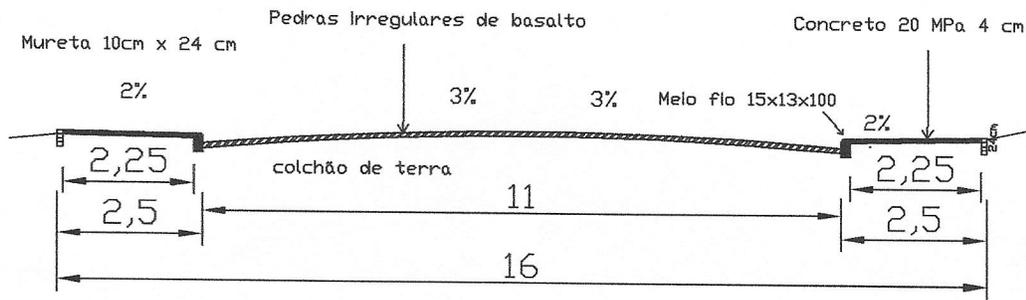
18 –PASSEIOS:

Os passeios serão executados entre o meio-fio de concreto e a mureta de alvenaria de tijolos maciços de 11 cm. Terá espessura de 5 cm e fck aproximado de 20 Mpa, tendo inclinação lateral de 2 %. Os rebaixamentos do passeio serão executados conforme NBR 9050 e item 17 deste memorial. O solo deverá ter a devida compactação para que o piso tenha suporte adequado. Haverá um trecho ligando a capela ao cemitério da Comunidade Católica, conforme planta.

19 – LIMPEZA: A limpeza geral de toda a região atingida pela obra, inclusive a remoção de restos de materiais, varredura e a sinalização conveniente é de responsabilidade da Secretaria de Obras, portanto não-orçada.

São Valério do Sul – RS, 05 de março de 2020.

Lucio André Licks
ENGENHEIRO CIVIL
CREA – 107378-RS



Seção Transversal 16 m

PREFEITURA MUNICIPAL
São Valério do Sul - RS

Rua Ângelo F Sobrinho, 496
CEP 98.595 - 000
0 XX 55 3617 2200

Plantas:

Perfil Transversal

Projeto: Calçamento Rua Salvador Bussiol
Trecho entre Av. Osvaldo Leite e Rua João Paradzinski

Prancha:

Localização: Município de São Valério do Sul

Área:

Responsável Técnico:

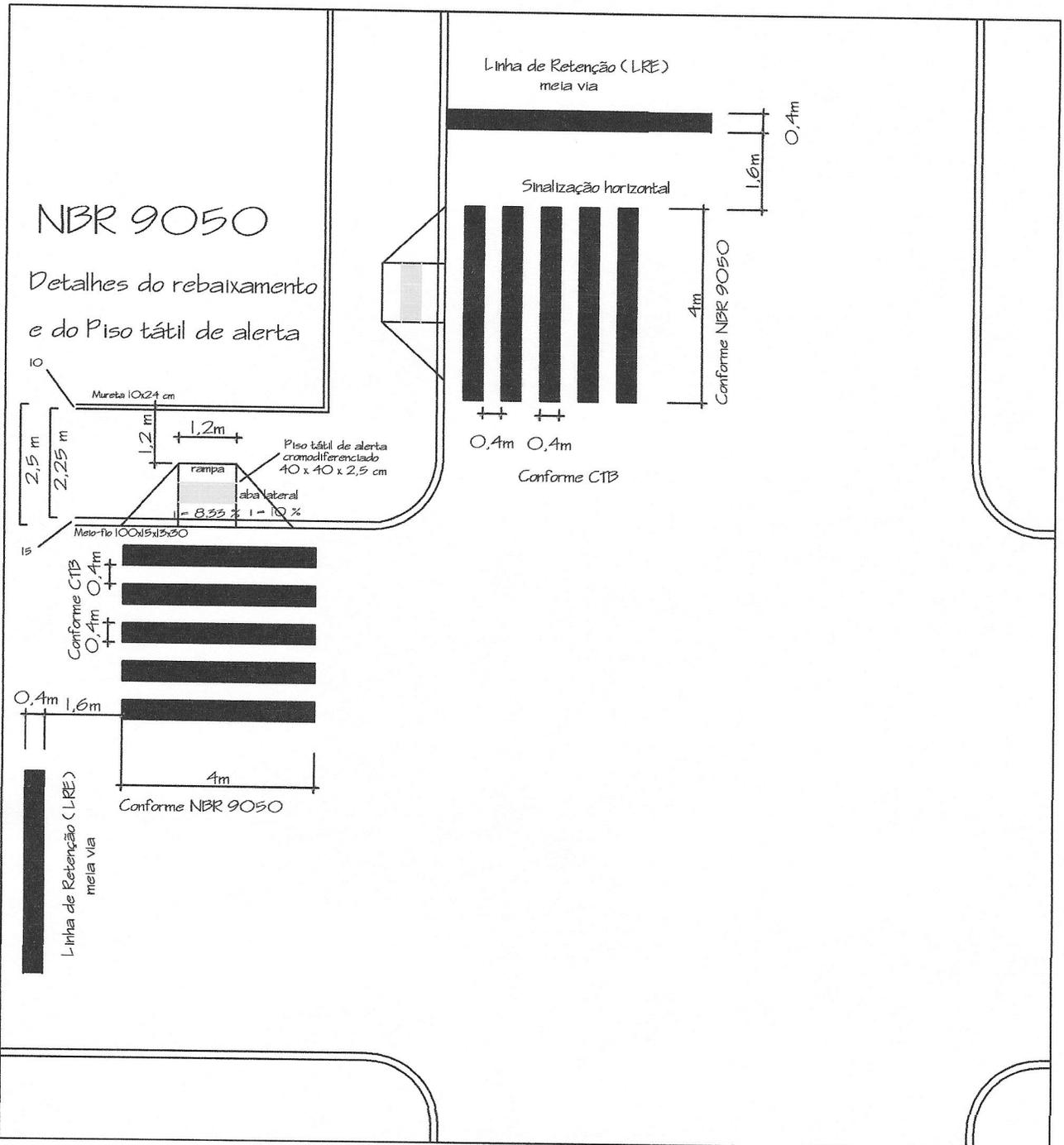
Lucio André Licks
Lucio André Licks
Engenheiro Civil
CREA 103.378 - D

Prefeito Municipal
JUAREZ ADALBERTO LEONARSKI
Vice Prefeito
Paulo Antônio Vettorato
CPF 494 511 899-04

Escala: 1 : 125

Data: 02/2020

Desenho: Lucio



PREFEITURA MUNICIPAL
São Valério do Sul - RS

Rua Ângelo F Sobrinho, 496
 CEP 98.595 - 000
 55 3617 2200

Plantas:

Rampas acessíveis
 Detalhes sinalização hor

Projeto: Calçamento Rua Salvador Bussiol
 Trecho entre Av. Osvaldo Leite e Rua João Paradzinski

Prancha:

01 / 01

Localização: Município de São Valério do Sul

Responsável Técnico:

L A L
 Lucio André Licks
 Engenheiro Civil
 CREA 103.378 - D

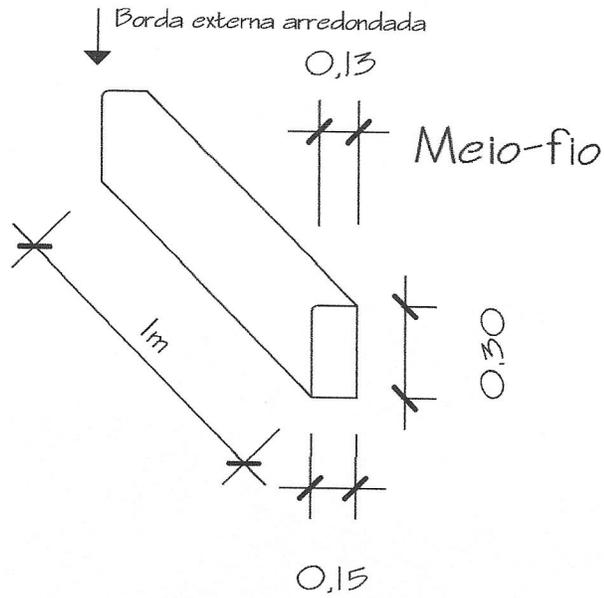
Prefeito Municipal

Juarez Adalberto Leonarski
 Juarez Adalberto Leonarski
 Vice Prefeito
 99-04

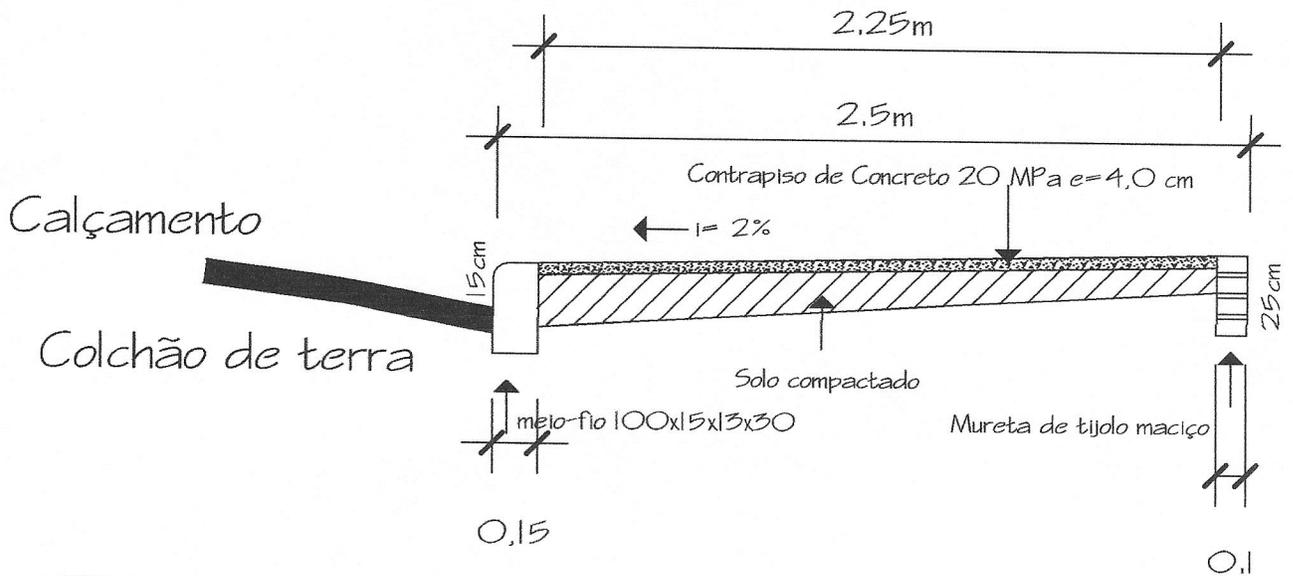
Escala: 1 : 125

Data: 02/2020

Desenho: Lucio



Seção transversal



**PREFEITURA MUNICIPAL
São Valério do Sul - RS**

Av. Balduino Weiller, 626
CEP 98.595 - 000
0 XX 55 3617 2200

Plantas:

Meio-fio
Seção do Passeio

Projeto: Calçamento Rua Salvador Bussiol
Trecho Av. Osvaldo Leite - Rua João Paradzinski

Prancha:

01 / 01

Localização: Município de São Valério do Sul

Área:

Responsável Técnico:

Lucio Andre Licks
Lucio Andre Licks
Engenheiro Civil

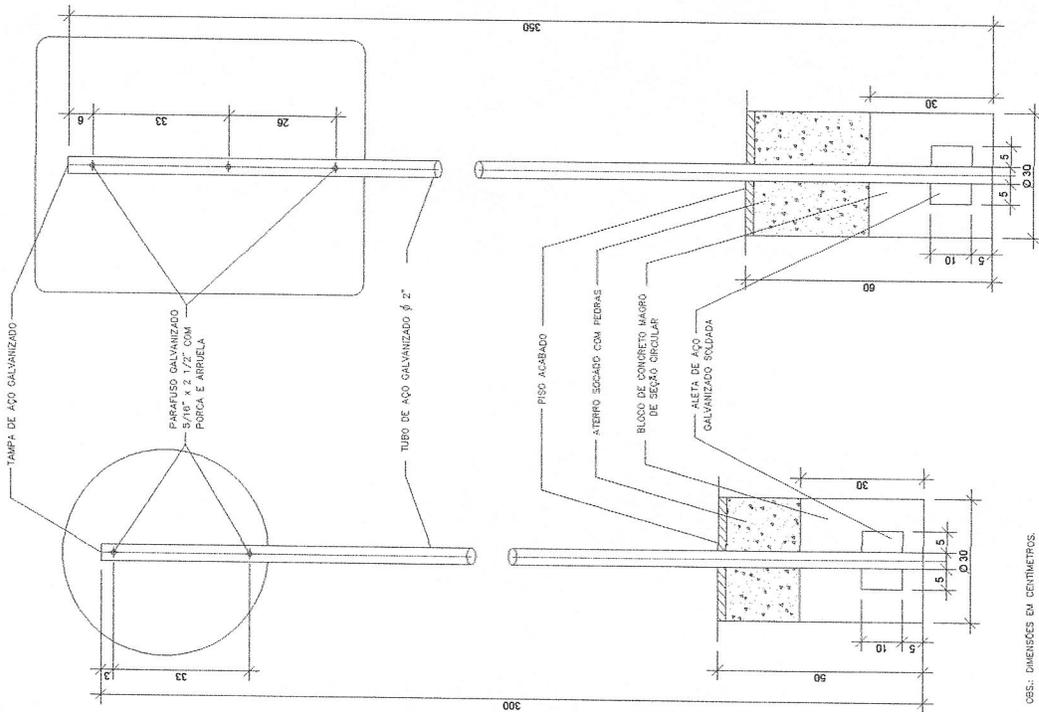
Prefeito Municipal

Juarez Adalberto Leonarski
JUAREZ ADALBERTO LEONARSKI
Vice Prefeito

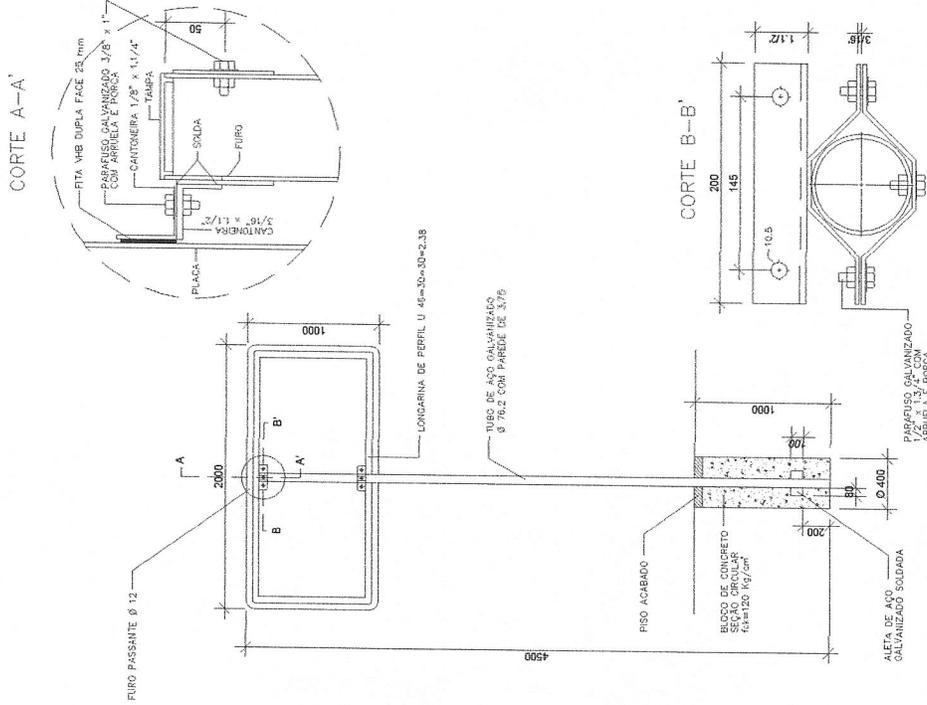
Escala: 1 : 25

Data: 02/2020

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SINALIZAÇÃO VERTICAL

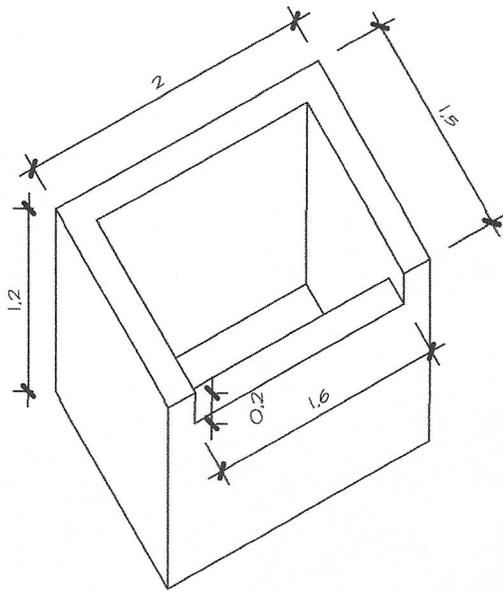


CSB - DIMENSÕES EM CENTÍMETROS.

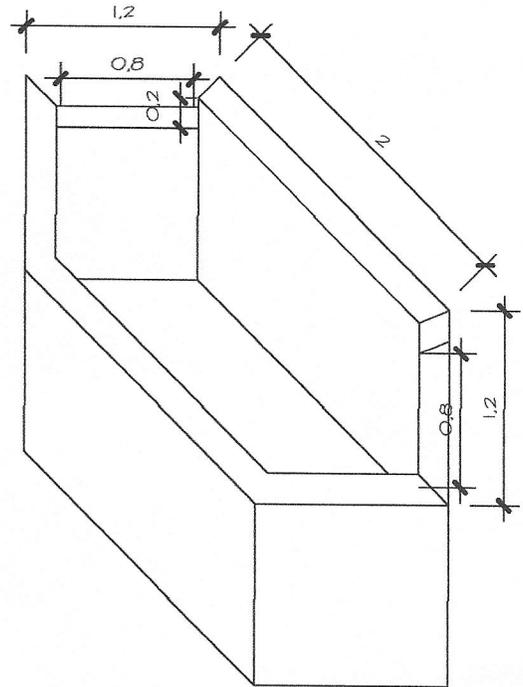


WARREZ ADALBERTO LEONARSKI
 Vice Prefeito
 CPF 494 511 89-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VALÉRIO DO SUL	
PROJETO DE SINALIZAÇÃO	
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E DETALHES DE IMPLANTAÇÃO	
Prefeito Municipal:	Plancha:
Vladimir Antonio Vettoratto	fev/2020
Responsável Técnico:	Desenho:
Eng. Lúcio André Liska	CREA: RS 107376



Boca de lobo simples em tijolo maciço DN 20
 Laje pré-moldada 8 cm concreto 4 cm
 Reboco interno
 Laje de fundo em concreto 5 cm
 Área: 3,0 m²



Boca de lobo dupla simétrica em tijolo maciço DN 20
 Laje pré-moldada 8 cm concreto 4 cm
 Reboco interno
 Laje de fundo em concreto 5 cm
 Área: 5,5 m²

PREFEITURA MUNICIPAL São Valério do Sul - RS

Av. Balduino Weiller, 626
 CEP 98.595 - 000
 55 3617 2200

Plantas:

Bocas de lobo

Projeto: Pavimentação Rua Salvador Bussiol
 Trecho Av. Osvaldo Leite - Rua João Paradzinski

Localização: Município de São Valério do Sul

Responsável Técnico:

LAL
 Lucio André Licks
 Engenheiro Civil

Prefeito Municipal

Juarez Adalberto Leonarski
 JUAREZ ADALBERTO LEONARSKI
 Vladimir Antônio Vettorato
 Vice Prefeito

Escala: 1 : 125

Data: 02/2020

CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

Página 1

EMPREENHIMENTO: Pavimentação Ruas Fernandes do E Santo E Rua João Paradzinski MODALIDADE: Empreitada Global BDI % 24,00
 PROPONENTE: Município de São Valério do Sul Área m2 2.466,00 VALOR: R\$ 147.933,06 encargos % 69,56

LOCAL	Peso %	MESES											
		Valor das Obras e Serviços		Mês 1		Mês 2		Mês 3		Mês 4			
		(R\$)	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%		
Rua Salvador Bussiol tr Av. Osvaldo - João Paradzinski													
Limpeza inicial e final com regularização do leito	0,85	1264,01	100,00	1.264,01									
Demarcação da obra (locação)	0,13	195,78	100,00	195,78									
Fornecimento de material terroso base 10 cm	1,35	1997,68	100,00	1.997,68									
Pavimentação com pedras irregulares de basalto	40,07	59278,20						50,00	29.639,10	50,00	29.639,10		
Rejuntamento com pó de pedra	2,93	4329,68						100,00	4.329,68	100,00	4.329,68		
Placa vibratória	0,16	234,21						100,00	234,21	0,00			
Compactação com rolo vibratório liso	0,12	175,24										100,00	175,24
Meio-fio em concreto pré-moldado 100x15x13x30	8,76	12955,47	100,00	12.955,47									
Concreto de fechamento	0,38	568,85										100,00	568,85
Rede Pluvial tubo concreto DN 800 mm (interno)	2,97	4390,34						100,00	4.390,34				
Rede Pluvial tubo concreto DN 600 mm (interno)	1,33	1965,28	100,00	1.965,28									
Coletor tipo boca de lobo em alvenaria simples	3,58	5302,12	100,00	5.302,12									
Coletor tipo boca de lobo em alvenaria duplo	4,65	6885,46						100,00	6.885,46				
Pavimentação passeios concreto 20MPa 5 cm	14,96	22123,81						45,20	10.000,00	54,80	12.123,81		
Rampas de acessibilidade	0,65	961,55						100,00	961,55				
Mureta em alvenaria tij maciço DN 15 cm h = 0,25 m	3,30	4884,84						100,00	4.884,84				
Placas sinalização vertical(suporte, pintura, placa, base)	1,56	2307,02										100,00	2.307,02
Placas de identificação da via pavimentada	1,09	1611,47										100,00	1.611,47
	88,84	131431,00											
Rua João Paradzinski tr Capela - Cemitério													
Limpeza inicial e final com regularização do leito	0,86	142,60	100,00	142,60									
Demarcação da obra (locação)	0,05	74,21	100,00	74,21									
Fornecimento de material terroso base 10 cm	0,15	225,37	100,00	225,37									
Placa vibratória	0,11	156,14	100,00	156,14									
Meio-fio em concreto pré-moldado 100x15x13x30	3,42	5056,97	100,00	5.056,97	0,00								

ORÇAMENTO ANALÍTICO - Pavimentação com pedras irregulares de basalto

Área total (m2): 2.466,00

BDI % 24,00
Encargos % 69,56

Rua Salvador Bussiol tr Av. Osvaldo - João Paradzinski	SINAPI	Quant.	Unid.	Custo unitário		Total	BDI	Total	c/ BDI
				Mat.	M.O.				
Limpeza inicial e final com regularização do leito	73822/02	2.216,00	m2	0,00	0,46	0,46	0,57	1019,36	1264,01
Demarcação da obra (locação)	99064	277,00	m	0,20	0,37	0,57	0,71	157,89	195,78
Fornecimento de material terroso base 10 cm	89886	221,60	m3	0,00	7,27	7,27	9,01	1611,03	1997,68
Pavimentação com pedras irregulares de basalto	Mercado	1593,50	m2	15,00	15,00	30,00	37,20	47805,00	59278,20
Rejuntamento com pó de pedra	73817/01	47,81	m3	70,00	3,04	73,04	90,57	3491,68	4329,68
Placa vibratória	91277	24,00	h	0,00	7,87	7,87	9,76	188,88	234,21
Compactação com rolo vibratório liso	53788	4,00	h	0,00	35,33	35,33	43,81	141,32	175,24
Meio-fio em concreto pré-moldado 100x15x13x30	94273	269,00	m	31,00	7,84	38,84	48,16	10447,96	12955,47
Concreto de fechamento	Composição	0,88	m3	501,31	20,00	521,31	646,42	458,75	568,85
Rede Pluvial tubo concreto DN 800 mm (interno)	92826	45,00	m	60,00	18,68	78,68	97,56	3540,60	4390,34
Rede Pluvial tubo concreto DN 600 mm (interno)	95577	15,00	m	90,66	15,00	105,66	131,02	1584,90	1965,28
Coletor tipo boca de lobo em alvenaria simples	Composição	3,00	un.	1000,00	425,30	1425,30	1767,37	4275,90	5302,12
Coletor tipo boca de lobo em alvenaria duplo	Composição	3,00	un	1700,00	150,93	1850,93	2295,15	5552,79	6885,46
Pavimentação passelos concreto 20MPa 5 cm	94990	31,13	m3	373,23	200,00	573,23	710,81	17841,78	22123,81
Rampas de acessibilidade	Composição	8,00	un	70,00	26,93	96,93	120,19	775,44	961,55
Mureta em alvenaria tij maciço DN 15 cm h = 0,25 m	72132	63,00	m2	40,00	22,53	62,53	77,54	3939,39	4884,84
Placas sinalização vertical(suporte, pintura, placa, base)	Composição	5,00	un	350,00	22,10	372,10	461,40	1860,50	2307,02
Placas de identificação da via pavimentada	Composição	3,00	un	400,00	33,19	433,19	537,16	1299,57	1611,47
Sub-total									131.431,00


Lucio André Licks
Engenheiro Civil
CREA-RS 107378
P.M. São Valério do Sul

Rua João Paradzinski tr Capela - Cemitério	SINAPI	Quant.	Unid.	Mat.	M.O.	Custo unitário		BDI	Total	c/ BDI
						Total	Sub-total			
Limpeza inicial e final com regularização do leito	73822/02	250,00	m2	0,00	0,46	0,46	0,57	115,00	142,60	
Demarcação da obra (locação)	99064	105,00	m	0,20	0,37	0,57	0,71	59,85	74,21	
Fornecimento de material terroso base 10 cm	89886	25,00	m3	0,00	7,27	7,27	9,01	181,75	225,37	
Placa vibratória	91277	16,00	h	0,00	7,87	7,87	9,76	125,92	156,14	
Meio-fio em concreto pré-moldado 100x15x13x30	94273	105,00	m	31,00	7,84	38,84	48,16	4078,20	5056,97	
Pavimentação passeios concreto 20MPa 5cm	94990	12,50	m3	373,23	200,00	573,23	710,81	7165,38	8885,07	
Rampas de acessibilidade	Composição	1,00	un	70,00	26,93	96,93	120,19	96,93	120,19	
Mureta em alvenaria tij maciço DN 15 cm h = 0,25 m	73132	23,75	m2	40,00	22,53	62,53	77,54	1485,09	1841,51	
Sub-total									16.502,06	
TOTAL									147.933,06	

São Valério do Sul, 06 de março de 2020.

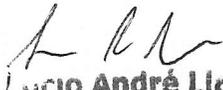

 Lucio André Licks
 Engenheiro Civil - Responsável Técnico PM
 CREA 107378 RS

Vladimir Antonio Vettoratto
 Prefeito Municipal


 JUAREZ ADALBERTO LEONARSKI
 Vice Prefeito
 CPF 494 511 899-04

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,93%	Não incide	17,93%	Não incide
B2	Feriados	4,24%	Não incide	4,24%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,89%	0,69%	0,89%	0,69%
B4	13º Salário	10,77%	8,33%	10,77%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,06%	0,07%	0,06%
B6	Faltas Justificadas	0,72%	0,56%	0,72%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,53%	Não incide	1,53%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,09%	0,11%	0,09%
B9	Férias Gozadas	7,40%	5,72%	7,40%	5,72%
B10	Salário Maternidade	0,03%	0,03%	0,03%	0,03%
B	Total	43,69%	15,48%	43,69%	15,48%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	4,28%	3,32%	4,28%	3,32%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,10%	0,08%	0,10%	0,08%
C3	Férias Indenizadas	5,29%	4,09%	5,29%	4,09%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	4,54%	3,51%	4,54%	3,51%
C5	Indenização Adicional	0,36%	0,28%	0,36%	0,28%
C	Total	14,57%	11,28%	14,57%	11,28%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	7,34%	2,60%	16,08%	5,70%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,36%	0,28%	0,38%	0,30%
D	Total	7,70%	2,88%	16,46%	6,00%
TOTAL(A+B+C+D)		82,76%	46,44%	111,52%	69,56%

Fonte: Informação Dias de Chuva – INMET


Lucio André Licks
 Engenheiro Civil
 CREA-RS 107378
 P.M. São Valério do Sul

COMPOSIÇÃO	FONTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNIDADE	COEFIC.	CUSTO UNIT DESONERADO	CUSTO UNIT NÃO DESONER.
Composição		001	DEMARCAÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTAÇÃO	M2		0,23	
SINAPI		88260	CALCETEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,005	17,51	19,44
SINAPI-I		10567	TABUA DE MADEIRA NÃO APARELHADA *2,5 X 23* CM (1 x 9 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	0,01	4,21	4,21
SINAPI		90777	ENGENHEIRO CIVIL DE OBRA JUNIOR COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,0015	74,05	85,64
Composição		002	COLETOR TIPO BOCA DE LOBO SIMPLES	UN		1.356,28	1.425,30
SINAPI		72131	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO MACICO 5X10X20CM 1 VEZ (ESPESSURA 20CM), ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M2	7,44	117,94	124,30
SINAPI		94963	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,208	297,96	304,94
SINAPI		74202/2	LAJE PRE-MOLDADA P/PISO, SOBRECARGA 200KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 4CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	3	70,69	73,22
SINAPI		89173	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE, TRAÇO 1:2:8, EM BETONEIRA DE 400L, PAREDES INTERNAS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASAS) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_12/2014	M2	6,48	26,44	28,11
SINAPI		90100	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATE 1,5 M (MEDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM RETROESCAVADEIRA (0,26 M3/88 HP), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	3,6	9,29	9,80
Composição		003	COLETOR TIPO BOCA DE LOBO DUPLO	UN		2.049,12	2.150,93
SINAPI		72131	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO MACICO 5X10X20CM 1 VEZ (ESPESSURA 20CM), ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M2	10,56	117,94	124,30
SINAPI		94963	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,42	297,96	304,94
SINAPI		74202/2	LAJE PRE-MOLDADA P/PISO, SOBRECARGA 200KG/M2, VAOS ATE 3,50M/E=8CM, C/LAJOTAS E CAP.C/CONC FCK=20MPA, 4CM, INTER-EIXO 38CM, C/ESCORAMENTO (REAPR.3X) E FERRAGEM NEGATIVA	M2	5,5	70,69	73,22
SINAPI		89173	(COMPOSIÇÃO REPRESENTATIVA) DO SERVIÇO DE EMBOÇO/MASSA ÚNICA, APLICADO MANUALMENTE, TRAÇO 1:2:8, EM BETONEIRA DE 400L, PAREDES INTERNAS, COM EXECUÇÃO DE TALISCAS, EDIFICAÇÃO HABITACIONAL UNIFAMILIAR (CASAS) E EDIFICAÇÃO PÚBLICA PADRÃO. AF_12/2014	M2	8,64	26,44	28,11
SINAPI		90100	ESCAVAÇÃO MECANIZADA DE VALA COM PROF. ATE 1,5 M (MEDIA ENTRE MONTANTE E JUSANTE/UMA COMPOSIÇÃO POR TRECHO), COM RETROESCAVADEIRA (0,26 M3/88 HP), LARG. DE 0,8 M A 1,5 M, EM SOLO DE 1A CATEGORIA, EM LOCAIS COM ALTO NÍVEL DE INTERFERÊNCIA. AF_01/2015	M3	6,6	9,29	9,80
Composição		004	MURETA EM ALVENARIA DE TIJOLO MACIÇO, DN = 10 h = 24 CM	M		16,28	17,29
SINAPI		72132	ALVENARIA EM TIJOLO CERAMICO MACICO 5X10X20CM 1/2 VEZ (ESPESSURA 10CM), ASSENTADO COM ARGAMASSA TRACO 1:2:8 (CIMENTO, CAL E AREIA)	M2	0,24	60,61	64,07
SINAPI		93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	0,028	62,18	68,67
Composição		005	RAMPA DE ACESSIBILIDADE	UN		89,47	96,93
SINAPI-I		36178	PISO PODOTATIL DE CONCRETO - DIRECIONAL E ALERTA, *40 X 40 X 2,5* CM	UN	3	6,05	6,05
SINAPI-I		34353	ARGAMASSA COLANTE AC-II	KG	3	0,88	0,88
SINAPI		88316	SERVENTE COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2	15,72	17,36
SINAPI		88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	2	18,62	20,71
Composição		006	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO	UN		366,49	372,10
SINAPI-I		34721	PLACA DE SINALIZACAO EM CHAPA DE ALUMINIO COM PINTURA REFLETIVA, E = 2 MM	M2	0,2	756,00	756,00
SINAPI		92335	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, CONEXÃO RANHURADA, DN 50 (2"), INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	3	56,99	57,96
SINAPI		93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	0,064	62,18	68,67
SINAPI		94963	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,064	297,96	304,94
SINAPI-I		4343	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 4", COM PORCA E ARRUELA	UN	2	2,14	2,14
SINAPI		88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5	15,40	16,99
SINAPI		88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5	18,62	20,71
Composição		007	PLACA DE IDENTIFICAÇÃO DE VIA 45 X 25 (dupla)	UN		423,98	433,19
SINAPI		73916/2	PLACA ESMALTADA PARA IDENTIFICAÇÃO NR DE RUA, DIMENSÕES 45X25CM	UN	2	93,62	94,28
SINAPI-I		4343	PARAFUSO FRANCES ZINCADO, DIAMETRO 1/2", COMPRIMENTO 4", COM PORCA E ARRUELA	UN	2	2,14	2,14
SINAPI		92341	TUBO DE AÇO GALVANIZADO COM COSTURA, CLASSE MÉDIA, DN 50 (2"), CONEXÃO ROSQUEADA, INSTALADO EM PRUMADAS - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO. AF_12/2015	M	3	64,14	65,87
SINAPI		93358	ESCAVAÇÃO MANUAL DE VALA COM PROFUNDIDADE MENOR OU IGUAL A 1,30 M. AF_03/2016	M3	0,064	62,18	68,67
SINAPI		94963	CONCRETO FCK = 15MPA, TRAÇO 1:3,4:3,5 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	0,064	297,96	304,94
SINAPI		88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5	15,40	16,99
SINAPI		88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	0,5	18,62	20,71
Composição		008	CONCRETO DE FECHAMENTO	M3		701,31	738,54
SINAPI		94964	CONCRETO FCK = 20MPA, TRAÇO 1:2,7:3 (CIMENTO/ AREIA MEDIA/ BRITA 1) - PREPARO MECÂNICO COM BETONEIRA 400 L. AF_07/2016	M3	1	329,40	336,99
SINAPI		88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	15,40	16,99
SINAPI		88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	18,62	20,71
SINAPI-I		4509	TABUA DE MADEIRA NÃO APARELHADA *2,5 X 10 CM (1 X 4 ") PINUS, MISTA OU EQUIVALENTE DA REGIAO	M	50	1,87	1,87
SINAPI-I		5071	PREGO DE AÇO POLIDO COM CABECA 18 X 24 (2 1/4 X 10)	KG	0,5	10,75	10,75
SINAPI		88262	CARPINTEIRO DE FORMAS COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	18,52	20,60
SINAPI		88239	AJUDANTE DE CARPINTEIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	H	4	15,72	17,37

27/02/2019

Data

Responsável Técnico:  Eng. Civil Lucio André Licks
CREA/CAU: RS 107.378

Em atenção ao estabelecido pelo Acórdão 2622/2013 – TCU – Plenário reformamos a orientação e indicamos a utilização dos seguintes parâmetros para taxas de BDI:

VALORES DE BDI POR TIPO DE OBRA

TIPO DE OBRA	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Construção de Rodovias e Ferrovias	19,60%	20,97%	24,23%

2.3 Para o tipo de obra "Construção de Rodovias e Ferrovias":

PARCELA DO BDI	1 Quartil	Médio	3 Quartil
Administração Central	3,80%	4,01%	4,67%
Seguro e Garantia	0,32%	0,40%	0,74%
Risco	0,50%	0,56%	0,97%
Despesas Financeiras	1,02%	1,11%	1,21%
Lucro	6,64%	7,30%	8,69%
PIS, COFINS e ISSQN	Conforme legislação específica		

$$BDI = \frac{(1 + AC + S + R + G)(1 + DF)(1 + L)}{(1 - I)} - 1$$

Onde:

AC: taxa de administração central;
 S: taxa de seguros;
 R: taxa de riscos;
 G: taxa de garantias;
 DF: taxa de despesas financeiras;
 L: taxa de lucro/remuneração;
 I: taxa de incidência de impostos (PIS, COFINS, ISS).

OBSERVAÇÕES

a) Os percentuais de Impostos a serem adotados devem ser indicados pelo Tomador, conforme legislação vigente. Para o ISS, deverão ser definidos pelo Tomador, através de declaração informativa, conforme legislação tributária municipal, a base de cálculo e, sobre esta, a respectiva alíquota do ISS, que será um percentual entre 2% e 5%.

b) As tabelas acima foram construídas sem considerar a desoneração sobre a folha de pagamento prevista na Lei nº 12.844/2013. Para análise de orçamentos considerando a contribuição previdenciária sobre a receita bruta deverá ser somada a alíquota de 2% no item impostos.

c) Para o tipo de obra "Construção de Rodovias e Ferrovias" enquadram-se: a construção e recuperação de: auto-estradas, rodovias e outras vias não-urbanas para passagem de veículos, vias férreas de superfície ou subterrâneas (inclusive para metropolitanos), pistas de aeroportos. Esta classe compreende também: a pavimentação de auto-estradas, rodovias e outras vias não-urbanas; construção de pontes, viadutos e túneis; a instalação de barreiras acústicas; a construção de praças de pedágio; a sinalização com pintura em rodovias e aeroportos; a instalação de placas de sinalização de tráfego e semelhantes, conforme classificação 4211-1 do CNAE 2.0. Também enquadram-se a construção, pavimentação e sinalização de vias urbanas, ruas e locais para estacionamento de veículos; a construção de praças e calçadas para pedestres; elevados, passarelas e ciclovias; metrô e VLT.

Parâmetro	%	Verificação	CÁLCULO DO BDI
Administração Central	4,01%	OK	24,00%
Seguros e Garantias	0,40%	OK	CONDIÇÃO
Riscos	0,56%	OK	OK
Despesas Financeiras	1,11%	OK	
Lucro	6,73%	OK	
Impostos: PIS, COFINS e DESONERAÇÃO 2%	5,65%		
Impostos: ISS (mun.)	3,00%	OK	


Lúcio André Licks
 Engenheiro Civil
 CREA-RS 107378
 P.M. São Valério do Sul